

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	78
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.728.629
Preferenciais	5.728.629
Total	11.457.258
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	3.070.725	3.109.469	2.477.946
1.01	Ativo Circulante	289.816	411.029	51.472
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	231.268	375.706	21.787
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.658	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	8.658	0	0
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	8.658	0	0
1.01.03	Contas a Receber	29.677	27.193	22.998
1.01.03.01	Clientes	29.677	27.193	22.998
1.01.04	Estoques	5.318	2.004	2.104
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.748	1.152	1.899
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.748	1.152	1.899
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.147	4.859	2.164
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	115	520
1.01.08.03	Outros	0	115	520
1.02	Ativo Não Circulante	2.780.909	2.698.440	2.426.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	417.817	388.800	96.771
1.02.01.04	Contas a Receber	17.049	19.637	19.047
1.02.01.04.02	Depósitos judiciais	17.049	19.637	19.047
1.02.01.07	Tributos Diferidos	400.759	369.154	77.715
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	400.759	369.154	77.715
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9	9
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9	9	9
1.02.03	Imobilizado	36.241	6.170	3.806
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	36.241	6.170	3.806
1.02.04	Intangível	2.326.851	2.303.470	2.325.897
1.02.04.01	Intangíveis	2.326.851	2.303.470	2.325.897
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.248.802	2.136.475	2.194.466
1.02.04.01.02	Infraestrutura em andamento	78.049	166.995	131.431

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	3.070.725	3.109.469	2.477.946
2.01	Passivo Circulante	240.567	309.309	261.351
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.314	6.289	6.077
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.314	6.289	6.077
2.01.02	Fornecedores	46.051	28.287	44.694
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.074	4.292	4.464
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	70.078	256.251	190.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	129.041	140.143
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	129.041	140.143
2.01.04.02	Debêntures	70.078	127.210	50.586
2.01.05	Outras Obrigações	13.291	14.190	15.387
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	217	262	4.363
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	217	262	4.363
2.01.05.02	Outros	13.074	13.928	11.024
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	1.377	1.157	1.099
2.01.05.02.05	Outros	566	74	865
2.01.05.02.06	Receita acessória antecipada	8.647	12.697	9.060
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	2.484	0	0
2.01.06	Provisões	97.759	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	97.759	0	0
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	97.759	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.326.320	1.313.625	1.426.353
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.182.748	1.027.869	1.187.094
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	170.607	249.211
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	170.607	249.211
2.02.01.02	Debêntures	1.182.748	857.262	937.883
2.02.02	Outras Obrigações	3.973	0	0
2.02.02.02	Outros	3.973	0	0
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	3.973	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.04	Provisões	103.585	248.831	200.130
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	86.072	82.854	66.887
2.02.04.02	Outras Provisões	17.513	165.977	133.243
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	17.513	165.977	133.243
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	36.014	36.925	39.129
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	36.014	36.925	39.129
2.02.06.02.01	Receita Acessória Antecipada	36.014	36.925	39.129
2.03	Patrimônio Líquido	1.503.838	1.486.535	790.242
2.03.01	Capital Social Realizado	2.306.400	1.560.500	1.560.500
2.03.02	Reservas de Capital	0	660.200	167.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	660.200	167.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-802.562	-734.165	-937.258

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	579.411	464.953	514.508
3.01.01	Receita operacional líquida	579.411	464.953	514.508
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-422.074	-351.537	-364.032
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-422.074	-351.537	-364.032
3.03	Resultado Bruto	157.337	113.416	150.476
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-51.545	-46.151	-46.690
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-52.035	-46.269	-47.065
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-52.035	-46.269	-47.065
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	490	118	375
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	105.792	67.265	103.786
3.06	Resultado Financeiro	-205.794	-155.611	-164.151
3.06.01	Receitas Financeiras	16.201	4.685	7.116
3.06.02	Despesas Financeiras	-221.995	-160.296	-171.267
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-100.002	-88.346	-60.365
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	31.605	291.439	68.739
3.08.02	Diferido	31.605	291.439	68.739
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-68.397	203.093	8.374
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-68.397	203.093	8.374
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,008	0,03	0,001
3.99.01.02	PN	-0,008	0,03	0,001
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,008	0,03	0,001
3.99.02.02	PN	-0,008	0,03	0,001

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-68.397	203.093	8.374
4.03	Resultado Abrangente do Período	-68.397	203.093	8.374

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	99.290	120.181	100.745
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	284.887	208.284	230.174
6.01.01.01	Resultado do exercício	-68.397	203.093	-60.365
6.01.01.03	Depreciação e amortização	132.343	119.478	105.122
6.01.01.04	Baixa de imobilizado e intangível	520	94	517
6.01.01.05	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquido	212.488	121.136	155.404
6.01.01.08	Provisão para riscos	3.077	15.967	9.105
6.01.01.10	Provisão para manutenção	28.425	32.735	14.793
6.01.01.11	Juros sobre contrato de arrendamento	244	0	0
6.01.01.12	Custo de captação amortizado das debêntures	7.792	7.220	5.598
6.01.01.13	Impostos diferidos	-31.605	-291.439	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-185.597	-88.103	-129.429
6.01.02.01	Contas a receber de terceiros	-2.484	-4.194	-2.603
6.01.02.02	Estoques	-3.314	99	183
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-3.596	747	-1.181
6.01.02.05	Adiantamentos	-5.288	-2.694	-99
6.01.02.06	Partes relacionadas	115	405	1.097
6.01.02.07	Depósitos judiciais	2.588	-590	-109
6.01.02.09	Fornecedores	-79.042	16.407	-3.169
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	782	172	369
6.01.02.11	Salários e encargos sociais a recolher	2.025	-212	598
6.01.02.13	Receita acessória antecipada	-911	-1.434	-1.955
6.01.02.14	Pagamento de outorga variável	220	-57	595
6.01.02.16	Partes relacionadas	-45	4.101	-10.394
6.01.02.17	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	-244	0	0
6.01.02.18	Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-92.600	-101.643	-112.911
6.01.02.20	Outras obrigações e contas a pagar	-3.803	790	150
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87.206	-115.037	-122.499
6.02.01	Aplicações financeiras	74.450	-15.596	7.565

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-31.421	-4.108	-1.308
6.02.03	Aquisição de intangível	-130.235	-95.333	-128.756
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-156.522	348.774	29.680
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	711.420	10.000	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e mútuos	-953.502	-154.426	-137.320
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	493.200	167.000
6.03.07	Aumento de capital	85.700	0	0
6.03.08	Pagamento de passivo de arrendamento	-140	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-144.438	353.918	7.926
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	375.706	21.788	13.861
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	231.268	375.706	21.787

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.04	Transações de Capital com os Sócios	745.900	-660.200	0	0	0	85.700
5.04.01	Aumentos de Capital	85.700	0	0	0	0	85.700
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	660.200	-660.200	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-68.397	0	-68.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68.397	0	-68.397
5.07	Saldos Finais	2.306.400	0	0	-802.562	0	1.503.838

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.727.500	0	0	-937.258	0	790.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.727.500	0	0	-937.258	0	790.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	493.200	0	0	0	0	493.200
5.04.08	AFAC	493.200	0	0	0	0	493.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	203.093	0	203.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	203.093	0	203.093
5.07	Saldos Finais	2.220.700	0	0	-734.165	0	1.486.535

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	0	0	-945.632	0	614.868
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	0	0	-945.632	0	614.868
5.04	Transações de Capital com os Sócios	167.000	0	0	0	0	167.000
5.04.01	Aumentos de Capital	167.000	0	0	0	0	167.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.374	0	8.374
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.374	0	8.374
5.07	Saldos Finais	1.727.500	0	0	-937.258	0	790.242

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	620.765	499.993	550.821
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	474.837	404.542	413.371
7.01.02	Outras Receitas	145.928	95.451	137.450
7.01.02.01	Receita de Construção	145.438	95.333	137.131
7.01.02.02	Outras	490	118	319
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-274.202	-222.695	-256.770
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-128.764	-127.362	-119.639
7.02.04	Outros	-145.438	-95.333	-137.131
7.02.04.01	Custo de construção	-145.438	-95.333	-137.131
7.03	Valor Adicionado Bruto	346.563	277.298	294.051
7.04	Retenções	-132.343	-119.478	-105.122
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-132.343	-119.478	-105.122
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	214.220	157.820	188.929
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.201	4.686	7.116
7.06.02	Receitas Financeiras	16.201	4.686	7.116
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	230.421	162.506	196.045
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	230.421	162.506	196.045
7.08.01	Pessoal	41.544	33.032	27.500
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.106	24.909	19.345
7.08.01.02	Benefícios	7.847	6.246	6.529
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.199	1.698	1.528
7.08.01.04	Outros	392	179	98
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.948	-238.471	-15.339
7.08.02.01	Federais	-6.831	-270.745	-47.478
7.08.02.02	Estaduais	14.241	12.136	12.497
7.08.02.03	Municipais	23.538	20.138	19.642
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	226.326	164.852	175.510
7.08.03.01	Juros	218.955	156.326	156.589
7.08.03.02	Aluguéis	4.330	4.556	4.243

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.03	Outras	3.041	3.970	14.678
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-68.397	203.093	8.374
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-68.397	203.093	8.374

SEMPRE EM EVOLUÇÃO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

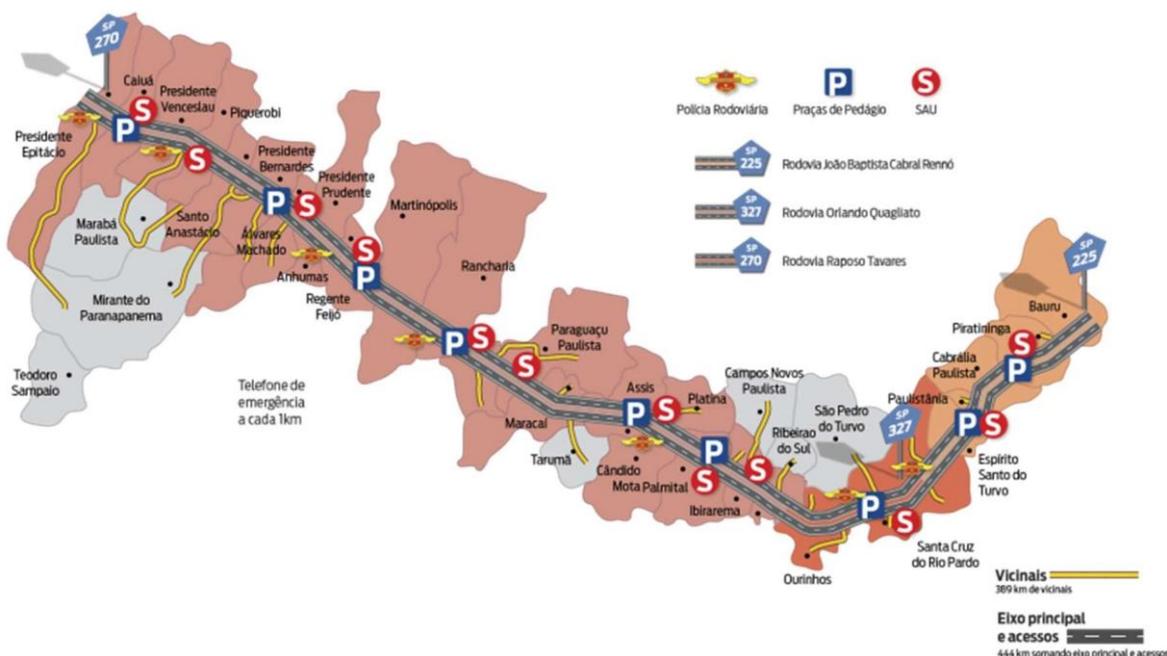
2021

A Companhia

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

A CART detém, até 2039, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e com o Norte do Paraná, importante para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sobre a IBH II

A IBH II, controlada pelo Patria Infraestrutura III – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é um dos maiores fundos de investimentos em Infraestrutura do Brasil. O Pátria Investimentos é líder em gestão de ativos alternativos na América Latina, com mais de 30 anos de atuação nas áreas de Private Equity, Infraestrutura, Real Estate e Crédito.

Presente nos principais centros financeiros no mundo, possui 10 escritórios distribuídos nos continentes: americano, europeu e asiático.

Desde 2010, o Pátria Investimentos conta com a BlackStone como sócio, um dos maiores fundos de investimento do mundo, com U\$D 880 bilhões em investimentos.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os últimos anos tem sido atípicos e desafiadores. A pandemia provocada pelo novo Coronavírus mudou nossas vidas. Todavia, mudanças trazem grandes transformações, oportunidades e aprendizados. E é com esse pensamento que olhamos para frente com bastante otimismo e confiantes de que sairemos fortalecidos e preparados para os novos desafios que o futuro nos reserva.

Em 2022, continuaremos operando as rodovias sob nossa concessão com excelência, prezando pela qualidade e segurança dos nossos usuários.

Destques

AUMENTO DE 8,6% NOS VEPs* DO 4T21 COMPARADO AO 4T20

**VEPs => Veículos equivalentes pagantes*

No 4º trimestre do ano a CART registrou 14,8 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 8,6% na comparação com o mesmo período de 2020. A performance de veículos pesados representa cerca de 69,9% do tráfego e apresentou aumento de 10,7%. Em veículos leves o aumento foi de 3,9% comparado ao 4T20. A variação positiva refere-se o retorno gradativo do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19 em todo o país.

AUMENTO DE 18,4% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA* NO 4T21 COMPARADA AO 4T20

** Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção*

O aumento da receita líquida ajustada foi impactado, principalmente, pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior)

AUMENTO DE 23,8% NO EBITDA AJUSTADO DO 4T21 COMPARADO AO 4T20

O aumento no EBITDA do 4T21 está relacionada ao aumento de 18,4% na receita líquida ajustada (conforme explicação nos quadros anteriores).

REDUÇÃO DE 8,5% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 4T21 COMPARADO AO 4T20

O resultado financeiro do 4T21 melhorou em 8,5%. Esta melhora está relacionada a queda nos índices macroeconômicos do período, bem como a diminuição do saldo de endividamento, quando comparado com o 4ºT20.

O RESULTADO ANTES DO IMPOSTO NO 4T21 FICOU NEGATIVO EM R\$ 22,7 MILHÕES

Em comparação com o 4T20, o resultado antes do imposto melhorou em 37,3%, conforme evidenciado nos quadros anteriores.

PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

A pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus mudou nossas vidas de uma forma nunca imaginada. Afetou nossas famílias, a economia, a comunidade e nosso estilo de vida.

Desta forma, alguns processos internos da CART precisaram ser reestruturados para garantir a proteção dos nossos colaboradores e, conseqüentemente, seus familiares, usuários e toda a sociedade. E esta passou a ser nossa prioridade.

Neste sentido, e visando o cumprimento das guidelines fornecidas pelas autoridades nacionais e internacionais, a CART disponibilizou a todos os colaboradores kits preventivos para combate à covid, contendo álcool em gel, máscaras, material informativo, flanela para limpeza de mesas, frasco para spray de álcool e squeezes individuais. Passou a adotar a modalidade de teletrabalho para algumas categorias, sem impactar qualquer execução dos serviços prestados. Para as atividades que continuaram na modalidade presencial, foi criada medidas de proteção específicas, tais como disponibilização de EPIs próprios e produtos de desinfecção. Diversas campanhas educativas foram veiculadas nos canais de comunicação internos, com informações atualizadas, medidas de distanciamento social em contexto de trabalho. Foi criado também, um comitê interno de enfrentamento à Covid-19, formado pela equipe gerencial da concessionária e representantes dos setores de recursos humanos, segurança do trabalho e diretoria, que avalia cada processo do plano operacional com o objetivo de assegurar que todos os colaboradores estejam protegidos. Pensando também em seus usuários a CART realizou diversas ações de saúde junto aos motoristas, na semana nacional de trânsito, como testes rápidos de covid, orientações sobre higiene bucal e alimentação saudável.

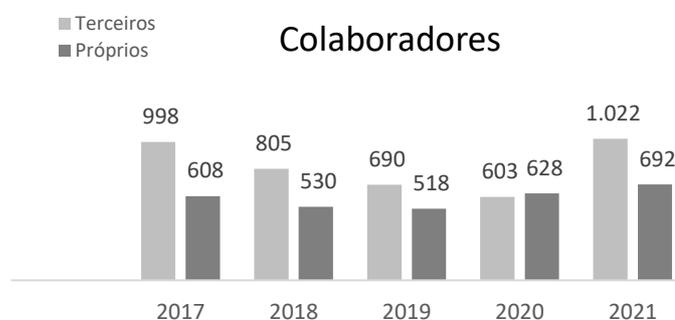
Além dessas, outras ações foram realizadas no ano de 2021, tais como: setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul.

Desta forma, a CART encontra-se totalmente empenhada em proteger os seus colaboradores e em manter a excelência na entrega de serviços aos seus usuários.

Abaixo são apresentados alguns indicadores de pessoas, saúde e segurança da Companhia nos últimos anos:

Quadro de Colaboradores

O aumento no quadro de colaboradores Próprios no ano de 2021 deve-se a internalização de algumas atividades antes contratada. Já para os Terceirizados referem-se a contratações voltadas aos investimentos que estão sendo realizados pela Concessionária.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Taxa de Gravidade

O aumento na taxa de gravidade no ano de 2021 está relacionada ao retorno de algumas atividades antes remotas. A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as

ocorrências.

Taxa de Gravidade
(Nº dias perdidos e debitados / homem-hora trabalhada x 1.000.000)



Taxa de Frequência

O aumento na taxa de frequência no ano de 2021 está relacionada ao retorno de algumas atividades antes remotas. A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as

ocorrências.

Taxa de Frequência
(Nº de funcionários acidentados / homem-hora trabalhada x 1.000.000)



ÉTICA E COMPLIANCE

Em novembro de 2021, foi realizada a semana de compliance. A semana contou com uma programação completa, e contou com a participação dos colaboradores da Companhia. Este tipo de ação tem como objetivo compartilhar os principais normativos e processos da Companhia, e destaca a importância da transparência e da ética nas relações cotidianas, no cumprimento do contrato de prestação de serviços, bem como na utilização adequada do Canal de Denúncia.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Programa CART pela Vida

Em alusão ao Maio Amarelo, campanha que tem como objetivo chamar a atenção da sociedade para os índices de feridos e mortos no trânsito a nível mundial, a CART lançou o Programa CART pela Vida. O programa foi criado com objetivo de promover ações de prevenção e redução de acidentes, ao todo foram realizadas 49 ações que abrangeram todo eixo de concessão, com eventos em 17 municípios, sendo atendidos 4.675 pessoas em postos de serviços, Bases da PMRv e empresas atuantes no corredor. Os temas abordados foram saúde e cidadania, conscientização e segurança viária, trânsito seguro, descarte de resíduos e outros temas relevantes voltados a segurança viária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ações de Enfrentamento à COVID-19

Dentro do cenário da pandemia da COVID-19, o programa CART pela vida promoveu ações de vacinação contra a gripe H1N1, que resultou em 452 motoristas vacinados. Além disso, houveram campanhas educativas nas mídias sociais da Concessionária sobre o enfrentamento e os cuidados preventivos em combate à COVID-19.

Programa Educando Caminhos

Destinado aos estudantes e professores, implantamos o Programa Educando Caminhos. Com palestras e atividades pedagógicas, o programa tem como objetivo a conscientização voltada a cidadania, educação para o trânsito e sustentabilidade. Já em sua primeira edição, o programa contou com 975 participantes.

Programa Turismo da Gente

Dentro do cenário pós-covid e entendendo a necessidade de apoiar os municípios na retomada de suas atividades econômicas, a CART lança o Programa Turismo da Gente. O principal objetivo é divulgar os atrativos turísticos, belezas naturais e riquezas culturais do interior paulista. Ao todo 34 municípios foram mapeados e selecionados, visando a fomentação das atividades turísticas em diversos segmentos como: ecoturismo, negócios, bem-estar e saúde, náutico e de aventura, gastronomia e turismo religioso. A estratégia utilizada no programa foi criar uma rede social e um site (@turismodagente e www.turismodagente.com.br) que se tornaram ferramenta de divulgação para os municípios, além de promover a gravação de programas em mídia nacional, visando alavancar o turismo regional.

Incentivo ao Esporte Armador

O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS – 5% (cinco por cento) -, devido ao Município à pessoa física ou jurídica cuja natureza seja esportiva e não tenha fins lucrativos – Lei Municipal n. 3.791/94.

Diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda no Brasil. Além deste reconhecimento, a entidade conta com 5 entre os 20 melhores atletas do mundo em suas respectivas categorias.

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela Alta Direção através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Dentre algumas iniciativas voltadas para o meio ambiente desenvolvidas ao longo de 2021, destacam-se:

Programa de Proteção à Fauna

Projeto pioneiro no Brasil que consiste na implantação de estruturas de travessia (passagens de fauna e telamento, para condução segura dos animais) e de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança. Foram implantadas mais de 120 passagens de Fauna nas rodovias da CART (Eng. João Batista Cabral

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rennó – SP 225, Orlando Quagliato – SP 327 e Raposo Tavares – SP 270). Verificou-se recuo no número de animais avistados sobre a rodovia, representando mais segurança aos motoristas e a própria fauna.

As ações do Programa de Proteção à Fauna buscam não só reduzir o número de ocorrências envolvendo animais, mas também mitigar o efeito barreira ocasionado pela rodovia, evitando o isolamento de populações por meio do aumento da conectividade com a formação de corredores ecológicos, o que gera a manutenção de populações e ganhos à diversidade faunística.

Projeto de Reflorestamento – Zona de Amortecimento ESEC – Mico-Leão-Preto

O Projeto de Reflorestamento tem como premissa promover a recomposição florestal de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP.

A área em questão está contemplada no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, mais especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária de conectividade.

Sistema de Reuso de Água

A Concessionária desenvolve projetos ambientais de recuperação de áreas de preservação. Esse restauro da vegetação, efetivamente, resulta na formação de corredores verdes que cumprem a tarefa de preservar nascentes e mananciais indispensáveis ao abastecimento de municípios.

Além de projetos voltados a preservação de nascentes e mananciais, a CART deu outro importante passo no combate à escassez dos recursos hídricos: a adoção de sistema de reuso de água com tecnologia inédita no Brasil.

Os objetivos principais do sistema de reuso são: (i) reduzir a utilização de recursos hídricos pela Concessionária; (ii) mitigar riscos ambientais; (iii) conscientizar colaboradores, usuários e comunidades locais quanto a escassez do recurso, necessidade preservação e uso racional da água, além de incentivo e valorização de práticas sustentáveis.

A estação de tratamento implantada na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 1 (SAU1) da CART, em pleno funcionamento desde abril de 2021, consiste em tanques que cumprem diferentes etapas até a purificação completa da água. São 5 tanques que fazem a separação e retenção dos resíduos, a eliminação da matéria orgânica por agentes biológicos, até a purificação, que permite o uso da mesma água a cada ciclo renovável. O processo dispensa o uso de produtos químicos.

O sistema implantado na CART é singular, pois tem capacidade de gerar água potável de forma direta, em um único ciclo, sem adição de produtos químicos. Apesar do pequeno porte da estação de tratamento, ela é capaz de atender às necessidades básicas de consumo e higiene de mais de 10 famílias todos os dias, em ciclos contínuos com a utilização do mesmo recurso.

A implantação da estação de reuso de água do SAU1 é apenas o estágio inicial. A cada passo no sentido de expansão da solução, a CART estará cada vez menos exposta às crises hídricas, assim como reduzindo cada vez mais os seus impactos no meio ambiente.

Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

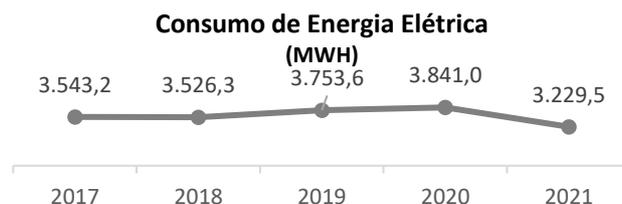
Consumo de Água

A melhoria nos processos de gerenciamento e controle, aliadas a iniciativas de redução de consumo, impactaram positivamente no indicador.



Consumo de Energia

Iniciativas voltas à redução do consumo refletiram numa redução significativa em 2021 .



Consumo de Combustível

O aumento no consumo de combustível é reflexo de internalizações de atividades antes terceirizadas, com aumento significativo na frota operacional da CART.



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

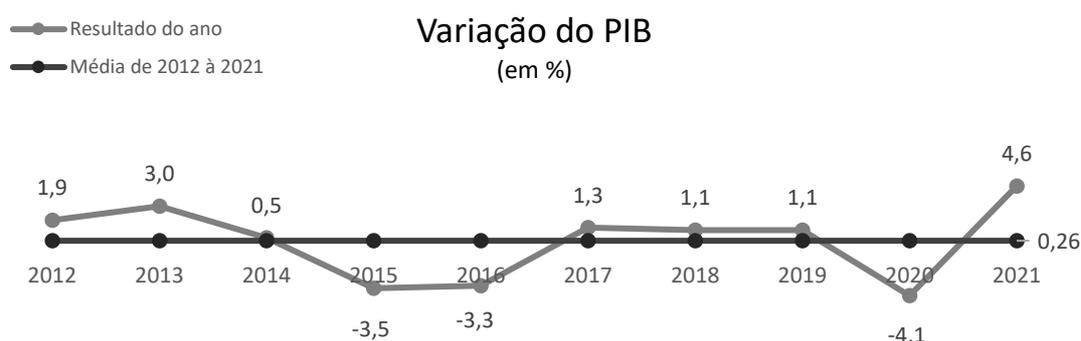
O aumento no volume de emissões de GEE em 2021 está relacionado as internalizações ocorridas na Companhia, com maior número de equipamentos movidos a combustíveis fósseis.



Resultados

CONTEXTO ECONÔMICO

Nos últimos anos o país tem passado por um período de fraco desempenho em termos econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) da última década registrou crescimento médio anual de 0,26%, como demonstrado no gráfico abaixo:



Este ritmo mais lento de crescimento, teve como consequências o retrocesso em algumas questões sociais, como os níveis de emprego e renda, a retração nos investimentos, a baixa performance do setor produtivo além do abalo nos níveis de confiança dos mercados e das famílias. No ano de 2021 o PIB registrou um aumento de 4,6%. A melhora em 2021 é reflexo da campanha de vacinação em combate ao novo Coronavírus, que permitiu a flexibilização das medidas restritivas.

A Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados à COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios. Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

Inflação e Juros	2021	2020	p
IPCA Últimos 12 meses	10,06%	4,52%	5,5 pp
CDI Final do Período	0,77%	1,90%	-1,1 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	4,42%	2,76%	1,7 pp
TJLP Final Período	5,32%	4,55%	0,8 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	4,80%	4,87%	-0,1 pp

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADO OPERACIONAL

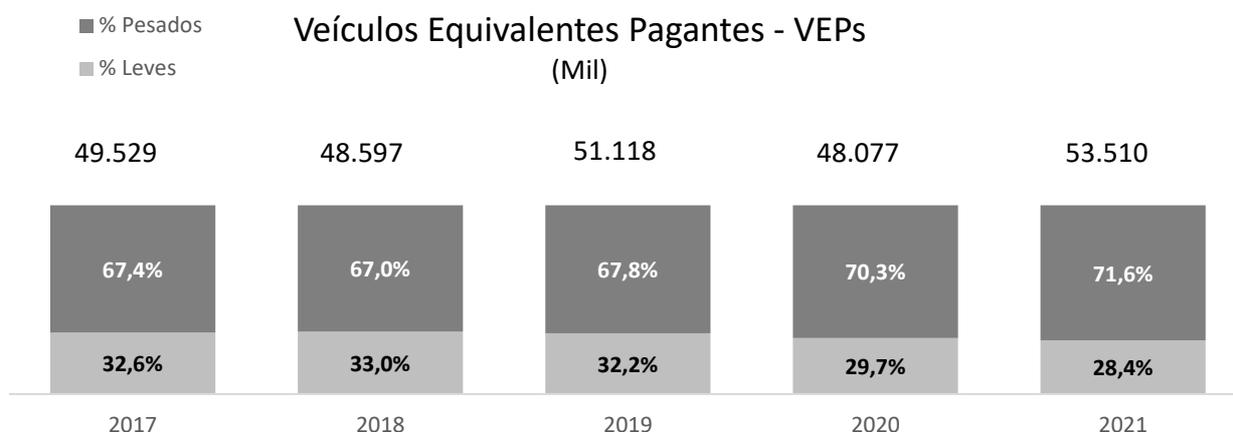
Cenário CART

Desempenho Operacional (Mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
VEPs¹	14.759	13.593	8,6%	53.510	48.077	11,3%
Veículos Leves	4.446	4.281	3,9%	15.209	14.295	6,4%
Veículos Pesados	10.313	9.313	10,7%	38.301	33.782	13,4%
Tráfego²	6.918	6.561	5,4%	24.426	22.574	8,2%
Veículos Leves	4.496	4.331	3,8%	15.425	14.505	6,3%
Veículos Pesados	2.308	2.117	9,0%	8.554	7.643	11,9%
Veículos Isentos	115	113	1,2%	447	426	5,0%
Tarifa Média (R\$)	8,81	8,07	9,2%	8,53	8,05	6,0%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A CART registrou 53,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2021, um aumento de 11,3% em relação ao ano anterior. No 4T21, as nove praças de pedágio da CART registraram 14,8 milhões de VEPs, um crescimento de 8,6% em relação ao mesmo período de 2020.



A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego na rodovia, foi maior em 2021 comparado a 2020.

Cenário Brasil

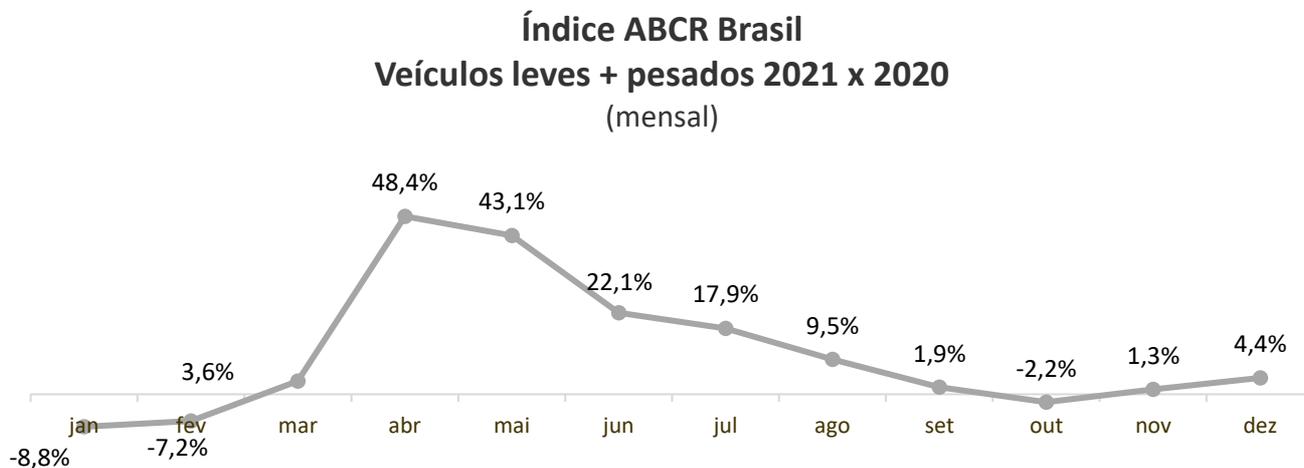
Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/21 sobre Jan/Dez/20): Brasil	8,8%	7,7%	8,6%
Acumulado do 4º trimestre (Out-Dez/21 sobre Out/Dez/20): Brasil	1,8%	0,2%	1,4%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma retomada no tráfego em 2021, como demonstrado no gráfico a seguir:



A retomada foi mais forte nos meses entre abril à junho, devido a estes meses terem apresentados quedas significativas no ano de 2020 (início da pandemia e alguns picos de contágio). No acumulado do ano o aumento no tráfego foi de 8,6%, sendo 8,8% para os veículos leves e 7,7% para os veículos pesados.

RESULTADOS FINANCEIROS

Receitas

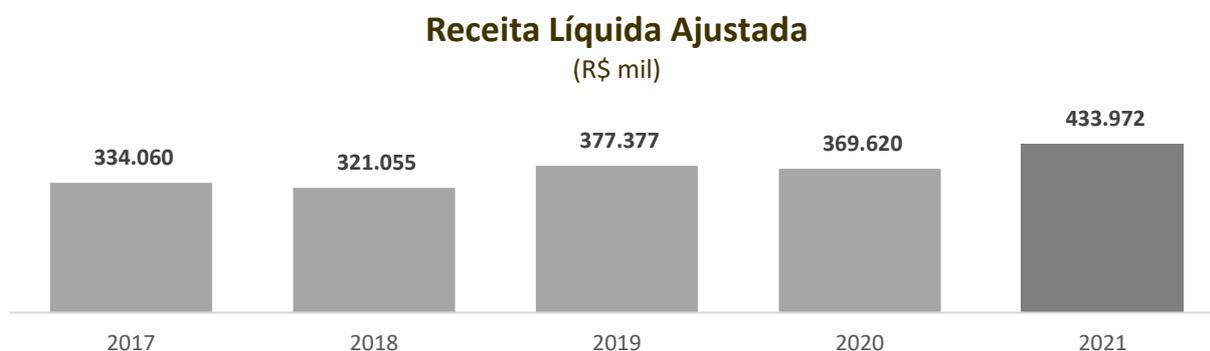
Receita Operacional (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receitas com Pedágio	130.213	109.735	18,7%	456.844	387.081	18,0%
Receitas Acessórias	4.642	4.298	8,0%	17.993	17.460	3,1%
Receita Bruta	134.855	114.034	18,3%	474.837	404.542	17,4%
Deduções da Receita Bruta	(11.596)	(9.912)	17,0%	(40.864)	(34.921)	17,0%
Receita de Construção (IFRS)	(5.832)	29.553	-119,7%	145.438	95.333	52,6%
Receita Líquida Ajustada¹	123.259	104.122	18,4%	433.973	369.620	17,4%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A receita líquida ajustada totalizou R\$ 434,0 milhões no ano de 2021, um aumento de 17,4% quando comparada com 2020. No 4T21 o aumento foi de 18,4% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Esta melhora na receita líquida ajustada é explicada pela retomada no tráfego da rodovia, combinada com a atualização contratual anual das tarifas de pedágio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O gráfico abaixo demonstrará a evolução da receita líquida ajustada nos últimos 5 anos:



Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Pessoal	(12.000)	(12.587)	-4,7%	(48.992)	(38.929)	25,8%
Conservação & Manutenção	(10.439)	(6.393)	63,3%	(35.218)	(37.555)	-6,2%
Operacionais	(9.152)	(7.772)	17,8%	(33.164)	(30.772)	7,8%
Despesas Administrativas	(10.542)	(11.685)	-9,8%	(29.097)	(30.750)	-5,4%
Custos & Despesas Administráveis	(42.133)	(38.437)	9,6%	(146.471)	(138.006)	6,1%
Outorga Variável	(4.041)	(3.421)	18,1%	(14.241)	(12.136)	17,3%
Depreciação & Amortização	(34.284)	(30.257)	13,3%	(132.343)	(119.478)	10,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(80.458)	(72.115)	11,6%	(293.055)	(269.620)	8,7%
Custo de Construção (IFRS)	5.832	(29.553)	-119,7%	(145.438)	(95.333)	52,6%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(10.575)	(8.184)	29,2%	(35.126)	(32.735)	7,3%
Custos & Despesas Operacionais	(85.201)	(109.852)	-22,4%	(473.619)	(397.688)	19,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

No ano de 2021 os custos e despesas administráveis totalizaram R\$ 146,5 milhões, um aumento de 6,1% quando comparado com o ano de 2020. No 4T21 o aumento foi de 9,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O aumento em Pessoal se deu em função da reestruturação de atividades decorrentes da mudança no controle acionário e primarizações de atividades, antes terceirizadas, mesmo motivo pelos quais ocorreram variações nos agrupamentos de conservação e manutenção. Os custos operacionais aumentaram em decorrência da retomada do tráfego na rodovia. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição dos custos e despesas administráveis

O gráfico ao lado demonstra a representatividade dos custos e despesas administráveis por agrupamento.



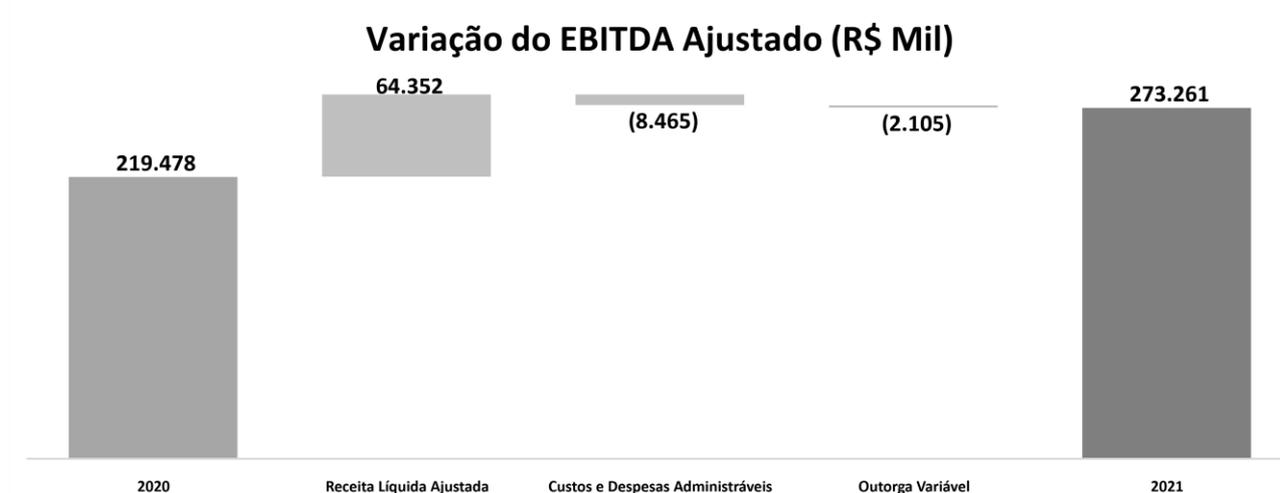
EBITDA e margem EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(19.227)	251.213	107,7%	(68.397)	203.093	133,7%
Resultado Financeiro Líquido	54.961	60.092	-8,5%	205.794	155.611	32,2%
IRPJ & CSLL	(3.508)	(287.483)	-98,8%	(31.605)	(291.439)	-89,2%
Depreciação e Amortização	34.285	30.257	13,3%	132.343	119.478	10,8%
EBITDA ICVM 527	66.511	54.079	23,0%	238.135	186.743	27,5%
Margem EBITDA	51,5%	37,7%	13,9 pp	38,4%	37,4%	1,0 pp
Provisão de Manutenção (IFRS)	10.575	8.184	29,2%	35.126	32.735	7,3%
EBITDA Ajustado¹	77.086	62.263	23,8%	273.261	219.478	24,5%
Margem EBITDA Ajustada¹	62,5%	59,8%	2,7 pp	63,0%	59,4%	3,6 pp

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 273,3 milhões no ano de 2021, um aumento de 24,5% quando comparado com o ano de 2020, já a margem EBITDA atingiu 63,0%. No 4T21o aumento foi de 23,8% e a margem EBITDA atingida foi de 62,5%. A melhora está relacionada a recuperação do tráfego em nossas rodovias.

O gráfico abaixo demonstrará as variações das principais variáveis do EBITDA:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

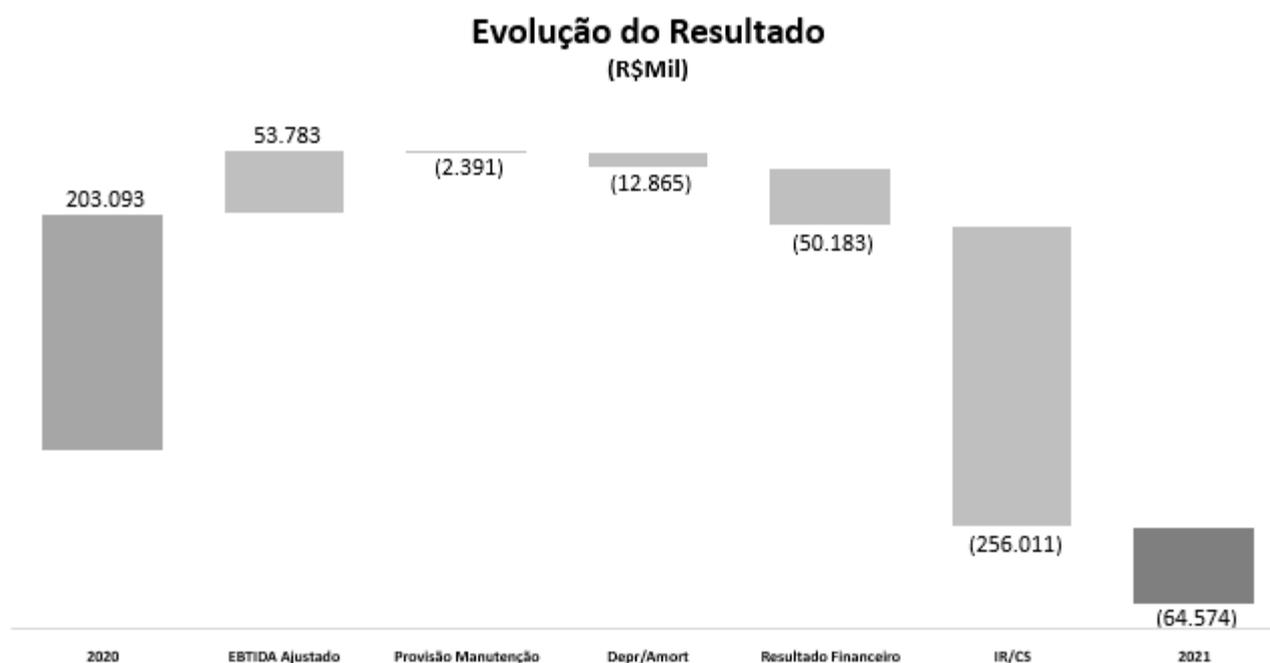
Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Resultado Financeiro	(54.961)	(60.092)	-8,5%	(205.794)	(155.610)	32,2%
Receitas Financeiras	5.911	1.848	219,9%	16.201	4.686	245,7%
Juros sobre aplicações financeiras	5.836	1.846	216,1%	15.411	4.558	238,1%
Outros	75	2	3664,9%	790	128	517,4%
Despesas Financeiras	(60.872)	(61.940)	-1,7%	(221.995)	(160.296)	38,5%
Comissões e despesas bancárias	(201)	(382)	-47,4%	(686)	(1.014)	-32,4%
Juros sobre empréstimo e financiamentos	3.145	(4.790)	-165,7%	(26.987)	(29.216)	-7,6%
Variação monetária passiva	(46.996)	(43.924)	7,0%	(117.548)	(66.071)	77,9%
Juros sobre debêntures	(14.282)	(10.008)	42,7%	(67.953)	(61.039)	11,3%
Outros	(2.538)	(2.836)	-10,5%	(8.821)	(2.956)	198,4%

No exercício de 2021 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 205,8 milhões, um aumento de 32,2% quando comparado ao ano de 2020. O principal motivo está relacionado as dívidas indexadas pelo IPCA, cujo índice apresentou um aumento significativo no ano de 2021.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	(19.227)	251.213	-107,7%	(68.397)	203.093	-133,7%

O resultado de 2021 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 68,4 milhões, uma piora quando comparado a 2020. Esta piora está relacionada ao reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no ano de 2020, como demonstrado no gráfico abaixo:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

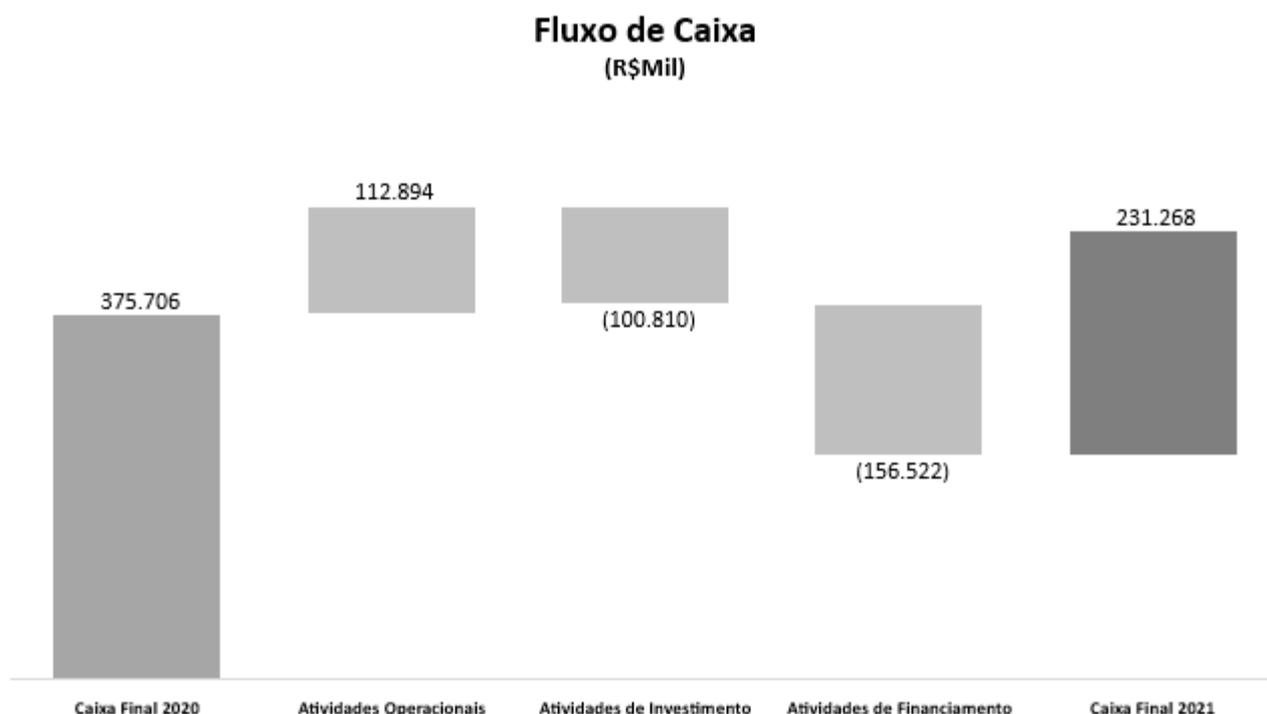
Os créditos tributários diferidos reconhecidos em 2020 foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa da Companhia ficou menor em 2021, com R\$ 231,3 milhões, devido principalmente ao serviço da dívida, como demonstrado no gráfico abaixo:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$)	2021	2020	Δ
Dívida Bruta	(1.252.826)	(1.367.228)	-8,37%
Curto Prazo	(70.078)	(256.252)	-72,65%
Empréstimos e Financiamentos	-	(129.042)	-100,00%
Debêntures	(70.078)	(127.210)	-44,91%
Longo Prazo	(1.182.748)	(1.110.976)	6,46%
Empréstimos e Financiamentos	-	(253.714)	-100,00%
Debêntures	(1.182.748)	(857.262)	37,97%
Disponibilidades	239.926	458.814	-47,71%
Caixa e equivalentes de caixa	231.268	375.706	-38,44%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	8.658	83.108	-89,58%
Dívida Líquida Ajustada	(1.012.900)	(908.414)	11,50%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

No exercício de 2021, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 1.013 milhões, um aumento de 11,5% em relação ao ano de 2020. Esse aumento ocorreu pela diminuição da disponibilidade em relação ao ano anterior.

Visando fortalecer sua estrutura de capital a CART realizou uma nova emissão de debêntures no valor de R\$ 1.050.000, que foi submetido e aprovado por seus debenturistas em assembleia realizada em 07 de junho de 2021, que conta com garantia firme de colocação pelo banco estruturador da operação e também um aumento de capital de R\$ 85.700 do seu controlador.

Os recursos levantados foram utilizados para pagar sua dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de recomprar 73,57% de sua 2ª emissão.

Com a 3ª emissão de debêntures, cujo vencimento se dará em dezembro de 2035, e considerando os 26,43% da 2ª emissão que vencerão em 2024, o prazo médio de vencimento das dívidas da CART saltará para cerca de nove anos. Isso proporcionará maior flexibilidade financeira, uma vez que seus fluxos de caixa serão suficientes para financiar seu programa de investimentos nas rodovias e também para servir a sua dívida sem depender de novos aportes de capital de seu controlador, fortalecendo de sobremaneira sua estrutura de capital.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Investimento Total	39.617	5.999	560,39%	185.749	99.441	86,79%
Imobilizado	21.937	177	12.293,79%	33.497	4.108	715,41%
Intangível	17.680	5.822	203,68%	152.252	95.333	59,71%

No ano de 2021 foram investidos R\$ 185,7 milhões destinados principalmente, às revitalizações viárias, além dos equipamentos destinados as atividades primarizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPECTIVAS E PLANOS

A CART seguirá direcionada para a excelência na gestão de suas rodovias, que são relevantes para a fluidez do transporte de cargas entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com qualidade e segurança para os usuários. Investimentos importantes foram concluídos nos últimos anos, como a duplicação de trechos, conclusão de alças de acesso e retorno, viadutos e passarelas.

Além disso, programas como: ESG (sigla em inglês para ambiente, social e governança corporativa), um conjunto de políticas voltadas à sustentabilidade e o INOVACART, um programa voltado à inovação, foram consolidados e aprimorados.

Por fim, a Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2021: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Bauru, 21 de março de 2022

Diretor de Relações com Investidores

Gilson Carvalho

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita operacional líquida	117.427	133.674	-12,2%	579.411	464.953	24,6%
Custo dos serviços prestados	(69.280)	(92.873)	-25,4%	(422.074)	(351.537)	20,1%
LUCRO BRUTO	48.147	40.801	18,0%	157.337	113.416	38,7%
Gerais e administrativas	(16.288)	(16.987)	-4,1%	(52.035)	(46.269)	12,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	367	8	4487,5%	490	118	315,1%
RESULTADO OPERACIONAL	32.226	23.822	35,3%	105.792	67.265	57,3%
Receitas financeiras	5.911	1.848	219,9%	16.201	4.686	245,7%
Despesas financeiras	(60.872)	(61.940)	-1,7%	(221.995)	(160.297)	38,5%
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	(22.735)	(36.270)	-37,3%	(100.002)	(88.346)	13,2%
IRPJ e CSLL diferidos	3.508	287.483	-98,8%	31.605	291.439	-89,2%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(19.227)	251.213	-107,7%	(68.397)	203.093	-133,7%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	2021	2020
Ativo Circulante	289.816	411.029
Caixa e equivalentes de caixa	231.268	375.706
Aplicações financeiras vinculadas	8.658	-
Contas a receber	29.677	27.193
Estoques	5.318	2.004
Tributos a recuperar	4.748	1.152
Adiantamentos	10.147	4.859
Partes relacionadas	-	115
Ativo não Circulante	2.780.909	2.698.440
Impostos diferidos ativos	400.759	369.154
Depósitos judiciais	17.049	19.637
Outros	9	9
Imobilizado	36.241	6.170
Intangível	2.248.802	2.136.475
Intangível em andamento	78.049	166.995
TOTAL DO ATIVO	3.070.725	3.109.469

Passivo (R\$ Mil)	2021	2020
Passivo Circulante	240.567	309.309
Fornecedores	46.051	28.287
Empréstimos e financiamentos	-	129.041
Debêntures	70.078	127.210
Tributos a recolher	5.074	4.292
Obrig. c/ empregados e adm	8.314	6.289
Concessão de serviço público	1.377	1.157
Partes relacionadas	217	262
Receita acessória antecipada	8.647	12.697
Passivo de arrendamento	2.484	-
Provisão para manutenção	97.759	-
Outros	566	74
Passivo Não Circulante	1.326.320	1.313.625
Passivo de arrendamento	3.973	-
Empréstimos e financiamentos	-	170.607
Debêntures	1.182.748	857.262
Provisão para riscos processuais	86.072	82.854
Receita acessória antecipada	36.014	36.925
Provisão para manutenção	17.513	165.977
TOTAL DO PASSIVO	1.564.930	1.622.934
Patrimônio Líquido	1.503.838	1.486.535
Capital social	2.306.400	1.560.500
Adto p/ futuro aumento de capital	-	660.200
Prejuízos Acumulados	(802.562)	(734.165)
TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO	3.070.725	3.109.469

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados

Notas Explicativas

a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – (“IASB”)” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2022.

2.2. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos:

- (i) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 15;
- (ii) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 13,
- (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 5.b e 8.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas Explicativas

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 18.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 15.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de

Notas Explicativas

prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 13.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 5.b.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas Explicativas

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.5. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.6.1. Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram apurados impostos correntes em função da Companhia apresentar prejuízo. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.6.2. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Notas Explicativas

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 07 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em uma única Unidade

Notas Explicativas

Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.9. Intangível

A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas Explicativas

2.11. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.12. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.13. Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2021 (Idêntico em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

2.14. Provisão para riscos processuais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

2.15. Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

2.16. Custos com empréstimos e debêntures

Os custos com empréstimos e debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Notas Explicativas

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

2.17. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas Explicativas

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas

Notas Explicativas

como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Notas Explicativas

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.18. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.19. Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

Notas Explicativas

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

2.20. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22. Informação por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

2.23. Benefícios aos empregado

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Notas Explicativas

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade pagava contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definitiva foram descontinuados devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.24. Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Notas Explicativas

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

2.25. Mudanças nas principais políticas pronunciamentos contábeis

A Companhia não apurou e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência.

2.26. Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021 . A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez.

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65 - Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66;
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Notas Explicativas

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	4.736	5.237
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	226.532	370.469
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>231.268</u>	<u>375.706</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 22.

b) Aplicações financeiras vinculadas

	<u>Taxa</u> <u>Média</u>	<u>Indexador</u>	2021	2020
			<u> </u>	<u> </u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado				
Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	8.658	-

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples e 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 100% a.a. do CDI (em 31 de dezembro de 2020, a taxa de 99,50% a.a. do CDI).

A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 22.

Notas Explicativas**4. CONTAS A RECEBER**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	25.449	20.652
Vale pedágio	1.387	1.289
Locação de fibra óptica	687	4.002
Outros	2.154	1.250
Total	<u>29.677</u>	<u>27.193</u>

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária..

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (forward-looking). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 22.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER, IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.720	1.100
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	859	-
Outros	169	52
Total circulante	<u>4.748</u>	<u>1.152</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>Ativos/ Passivos</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo fiscal - IR	299.660	263.803	35.857	158.065
Base negativa - CS	108.232	95.247	12.985	57.182
Provisão para manutenção	39.189	56.432	(17.243)	56.432
Provisão para contingências	6.688	5.642	1.046	5.642
Atualização depósitos judiciais	866	-	866	-
Outras diferenças temporárias	3.126	8.829	(5.703)	8.828
Total do ativo fiscal diferido	<u>457.761</u>	<u>429.953</u>	<u>27.808</u>	<u>286.149</u>
Amortização de direito de concessão	(39.988)	(42.307)	2.319	2.318
Custo de Captação	(8.124)	(9.088)	964	2.455
Margem de construção	(7.284)	(7.706)	422	422
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.606)	(1.698)	92	95
Total do passivo fiscal diferido	<u>(57.002)</u>	<u>(60.799)</u>	<u>3.797</u>	<u>5.290</u>
Total	<u>400.759</u>	<u>369.154</u>	<u>31.605</u>	<u>291.439</u>

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Notas Explicativas

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal - IR	263.803	35.857	-	35.857	299.660
Base negativa - CS	95.247	12.985	-	12.985	108.232
Provisão para manutenção	56.432	-	(17.243)	(17.243)	39.189
Provisão para contingências	5.642	1.046	-	1.046	6.688
Atualização depósitos judiciais	-	866	-	866	866
Outras diferenças temporárias	8.829	-	(5.703)	(5.703)	3.126
Total do ativo fiscal diferido	429.953	50.754	(22.946)	27.808	457.761
Amortização de direito de concessão	(42.307)	-	2.319	2.319	(39.988)
Custo de Captação	(9.088)	-	964	964	(8.124)
Margem de construção	(7.706)	-	422	422	(7.284)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.698)	-	92	92	(1.606)
Total do passivo fiscal diferido	(60.799)	-	3.797	3.797	(57.002)
Total	369.154	50.754	(19.149)	31.605	400.759

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2019	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal - IR	105.738	158.065	-	158.065	263.803
Base negativa - CS	38.065	57.182	-	57.182	95.247
Provisão para manutenção	-	56.432	-	56.432	56.432
Provisão para contingências	-	5.642	-	5.642	5.642
Atualização depósitos judiciais	-	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias	-	8.829	-	8.829	8.829
Total do ativo fiscal diferido	143.803	286.150	-	286.150	429.953
Amortização de direito de concessão	(44.624)	-	2.317	2.317	(42.307)
Custo de Captação	(11.543)	-	2.455	2.455	(9.088)
Margem de construção	(8.128)	-	422	422	(7.706)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.792)	-	94	94	(1.698)
Total do passivo fiscal diferido	(66.087)	-	5.288	5.288	(60.799)
Total	77.716	286.150	5.288	291.438	369.154

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e

Notas Explicativas

as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	2021
2022	5.241
2023 a 2024	22.681
2025 a 2026	38.124
2027 a 2028	50.860
2029 a 2031	116.910
2032 à 2035	223.946
Total dos ativos fiscais diferidos	457.761
Total dos passivos fiscais diferidos	(57.002)
Total dos impostos diferidos	400.759

b.1) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(100.002)	(88.346)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	34.001	30.038
Adições permanentes	(2.396)	(1.044)
Imposto de renda e contribuição social constituídos (*)	-	262.445
Imposto de renda e contribuição social resultado	31.605	291.439
Impostos diferidos	31.605	291.439
Total dos impostos diferidos	31.605	291.439
Aliquota efetiva	35%	330%

(*) A companhia reconheceu no exercício de 2020 o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos até 2019, bem como os valores correspondentes ao exercício corrente. Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Notas Explicativas

c) Tributos a recolher

	2021	2020
PIS e COFINS	1.930	1.654
ISS	2.756	2.334
IRRF e CSRF	184	37
INSS sobre terceiros	204	267
Total circulante	<u>5.074</u>	<u>4.292</u>

6. PARTES RELACIONADAS*Controlador e Controlador final*

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II, que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Brasil Holding VI e controladora final o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

			2021		2021
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Despesa
EIXO (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	2	(450)
ENTREVIAS (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	4	(699)
IBH I (ii)	Prestação de serviço	Coligada	-	211	(705)
Total			<u>-</u>	<u>217</u>	<u>(1.854)</u>

			2020		2020
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Despesa
INVEPAR (i)	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	-	(7.880)
PATRIA (ii)	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	-	(4.700)
EIXO (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	59	132	(796)
ENTREVIAS (ii)	Compartilhamento de despesas	Coligada	56	130	(677)
Total			<u>115</u>	<u>262</u>	<u>(14.053)</u>

Notas Explicativas

- (i) Controladora/coligada da Companhia até 30/04/2020.
(ii) Partes relacionadas do atual controlador da Companhia.

- (a) Refere-se ao rateio das despesas do Centro de Serviços Compartilhado (CSC) entre a Companhia e a Entrevias e Eixo e o valor de reembolso é apurado pelo custo incorrido.

Remuneração dos Administradores

Em 10 de Agosto de 2020, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 6.000 (idêntico em 31 de dezembro de 2020).

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	2021	2020
Pró-labore	2.276	1.083
Bônus variáveis	2.620	1.058
Encargos	929	457
Outros benefícios	98	119
Total	5.923	2.717

7. IMOBILIZADO

	Vida útil média em anos	2020	Adições	Baixas	Transferência	2021
Custo						
Instalações	25	167	-	-	-	167
Máquinas e equipamentos	6	7.337	8.563	-	410	16.310
Móveis e utensílios	6	4.251	102	-	-	4.353
Veículos	5	4.089	22.390	(145)	-	26.334
Equipamentos de informática	7	43.569	2.151	(117)	-	45.603
Ferramentas e aparelhos	9	331	143	-	-	474
		59.744	33.349	(262)	410	93.241
Depreciação acumulada						
Instalações		(58)	(7)	-	-	(65)
Máquinas e equipamentos		(6.285)	(399)	-	-	(6.684)
Móveis e utensílios		(3.883)	(69)	-	-	(3.952)
Veículos		(3.472)	(1.983)	47	-	(5.408)
Equipamentos de informática		(39.550)	(1.010)	-	-	(40.560)
Ferramentas e aparelhos		(326)	(5)	-	-	(331)
		(53.574)	(3.473)	47	-	(57.000)
Imobilizado líquido		6.170	29.876	(215)	410	36.241

Notas Explicativas

	Vida útil média em anos	2019	Adições	Baixas	2020
Custo					
Instalações	25	165	2	-	167
Máquinas e equipamentos	6	6.482	855	-	7.337
Móveis e utensílios	6	4.149	102	-	4.251
Veículos	5	3.846	408	(165)	4.089
Equipamentos de informática	7	40.759	2.810	-	43.569
Ferramentas e aparelhos	9	331	-	-	331
		<u>55.732</u>	<u>4.178</u>	<u>(165)</u>	<u>59.744</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(51)	(7)	-	(58)
Máquinas e equipamentos		(5.893)	(392)	-	(6.285)
Móveis e utensílios		(3.807)	(76)	-	(3.883)
Veículos		(3.404)	(139)	71	(3.472)
Equipamentos de informática		(38.444)	(1.106)	-	(39.550)
Ferramentas e aparelhos		(327)	-	-	(326)
		<u>(51.926)</u>	<u>(1.720)</u>	<u>71</u>	<u>(53.574)</u>
		<u>3.806</u>	<u>2.459</u>	<u>(94)</u>	<u>6.170</u>

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

8. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO

	Vida útil em anos	2020	Adições	Baixas	Transferência	2021
Custo						
Software	5	12.426	217	-	-	12.643
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.354.060	131.984	(328)	102.728	2.588.443
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16		-	6.597	-	-	6.597
Custo acumulado		<u>3.000.506</u>	<u>138.798</u>	<u>(328)</u>	<u>102.728</u>	<u>3.241.703</u>
Amortização						
Software		(10.525)	(571)	-	-	(11.096)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(604.854)	(106.420)	23	-	(711.251)
Outorga fixa		(248.632)	(21.133)	-	-	(269.765)
Direito de uso - IFRS 16		-	(769)	-	-	(769)
Amortização acumulada		<u>(864.031)</u>	<u>(128.893)</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>(992.901)</u>
Saldo intangível líquido		<u>2.136.475</u>	<u>9.905</u>	<u>(305)</u>	<u>102.728</u>	<u>2.248.802</u>
Infraestrutura em andamento (***)		166.995	14.192	-	(103.138)	78.049

Notas Explicativas

	Vida útil em anos	2019	Adições	Baixas	Transferência (*)	2020
Custo						
Software	5	10.713	1.629	-	84	12.426
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.296.004	58.056	-	-	2.354.060
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
		<u>2.940.737</u>	<u>59.685</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>3.000.506</u>
Amortização						
Software		(9.990)	(535)	-	-	(10.525)
Marcas e patentes		(18)	(2)	-	-	(20)
Direito de concessão		(508.765)	(96.089)	-	-	(604.854)
Outorga fixa		(227.498)	(21.134)	-	-	(248.632)
Amortização acumulada		<u>(746.271)</u>	<u>(117.760)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(864.031)</u>
Saldo intangível líquido		<u>2.194.466</u>	<u>(58.075)</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>2.136.475</u>
Infraestrutura em andamento (***)		131.431	35.564	-	-	166.995

(*) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais., bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 4,15% em 2022, 3,25% em 2023 e 3% de 2024 até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custo dos recursos externos. O correspondente custo médio ponderado de capital após impostos é de 12,6%.

Ativos cedidos em garantia

Notas Explicativas

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores nacionais	25.783	20.397
Fornecedores provisão	20.268	7.890
Fornecedores	<u>46.051</u>	<u>28.287</u>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 22.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2020	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2021
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	67.409	-	(177.046)	(8.968)	8.968	-	109.637	-
Sênior - BNDES - IPCA	61.633	-	(205.206)	(26.111)	18.019	7.588	144.077	-
Total	<u>129.042</u>	-	<u>(382.252)</u>	<u>(35.079)</u>	<u>26.987</u>	<u>7.588</u>	<u>253.714</u>	-
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	109.637	-	-	-	-	-	(109.637)	-
Sênior - BNDES - IPCA	144.077	-	-	-	-	-	(144.077)	-
Total	<u>253.714</u>	-	-	-	-	-	<u>(253.714)</u>	-
Total geral	<u>382.756</u>	-	<u>(382.252)</u>	<u>(35.079)</u>	<u>26.987</u>	<u>7.588</u>	-	-
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(83.108)							-
Dívida líquida	<u>299.648</u>							-

Notas Explicativas

	2019	Captação	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES								
-TJ LP	81.957	10.000	(53.914)	(9.327)	14.073	-	24.619	67.409
Sênior - BNDES - IPCA	58.186	-	(42.949)	(22.870)	23.335	3.749	42.182	61.633
Total	140.143	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	66.801	129.042
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	134.256	-	-	-	-	-	(24.619)	109.637
Sênior - BNDES - IPCA	186.259	-	-	-	-	-	(42.182)	144.077
Total	320.515	-	-	-	-	-	(66.801)	253.714
Total geral	460.658	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	-	382.756
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(71.304)							(83.108)
Dívida líquida	389.354							299.648

Até outubro de 2021 a Companhia contava com 34 subcréditos junto ao BNDES, os quais foram liquidados nesta data, como parte do plano de reestruturação do seu endividamento conforme nota explicativa nº 1.2(b).

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa nº 22.

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

11. DEBÊNTURES

	2020	Captação	Custo de captação amortizado	Pagamento		Arrolagem da dívida	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2021
				Principal	Juros					
Passivo circulante										
Debêntures	135.277	2.625	-	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	10.456	757.732	77.830
Custos a amortizar	(8.067)	-	7.792	-	-	-	-	-	(7.477)	(7.752)
Total	127.210	2.625	7.792	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	10.456	750.255	70.078
Passivo não circulante										
Debêntures	875.925	1.047.375	-	-	-	-	-	99.504	(757.732)	1.265.072
Custos a amortizar	(18.663)	-	(71.138)	-	-	-	-	-	7.477	(82.324)
Total	857.262	1.047.375	(71.138)	-	-	-	-	99.504	(750.255)	1.182.748
Total geral	984.472	1.050.000	(63.346)	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	109.960	-	1.252.826
Circulante	127.210									70.078
Não circulante	857.262									1.182.748

Notas Explicativas

	2019	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	57.806	-	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	132.863	135.277
Custos a amortizar	(7.220)	7.220	-	-	-	-	(8.067)	(8.067)
Total	50.586	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	124.796	127.210
Passivo não circulante								
Debêntures	965.236	-	-	-	-	43.552	(132.863)	875.925
Custos a amortizar	(26.730)	-	-	-	-	-	8.067	(18.663)
Total	938.506	-	-	-	-	43.552	(124.796)	857.262
Total geral	989.092	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	62.322	-	984.472
Aplicações financeiras vinculadas (*)								
	(624)							-
Dívida líquida	988.468							984.472
Circulante	50.586							127.210
Não circulante	937.883							857.262

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2021
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	208.051
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	47.318
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.087.533
(-) Custos de transação - Debêntures				(90.076)
Total				1.252.826
Parcelas do circulante				70.078
Parcelas do não circulante				1.182.748
Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2020
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	512.311
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	498.891
(-) Custos de transação - Debêntures				(26.730)
Subtotal				984.472
(-) Aplicações financeiras vinculadas				-
Debêntures líquidas				984.472
Parcelas do circulante				127.210
Parcelas do não circulante				857.262

Notas Explicativas

<u>Vencimento longo prazo</u>	
2023	78.669
2024	116.762
2025	5.012
2026	5.037
2027	15.188
2028 em diante	962.080
Total longo prazo	<u>1.182.748</u>

Debêntures – 1ª e 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.033 (R\$ 26.730 em 31 de dezembro de 2020).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Debêntures - 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimo por

Notas Explicativas

cento) ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 85.033.

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

12. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;

Notas Explicativas

iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.377 (R\$ 1.157 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.021 (R\$ 12.079 em 31 de dezembro de 2020) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 46.427. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 163.709. Vigência de 12 meses.

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Notas Explicativas

Composição do risco:

Natureza do risco	2021		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	12.427	17.287	29.714
Cíveis	6.983	25.211	32.194
Tributária	-	906	906
Procedimentos Arbitrais	66.401	34.378	100.779
Ambiental	261	6.090	6.351
Total	86.072	83.872	169.944

Natureza do risco	2020		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	9.210	18.421	27.631
Cíveis	6.757	20.767	27.523
Tributária	-	737	737
Procedimentos Arbitrais	66.260	102.749	169.009
Ambiental	627	3.200	3.828
Total	82.854	145.874	228.728

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2021
Trabalhistas	9.210	5.908	(7.000)	4.309	12.427
Cíveis e ambientais	7.384	5.669	(8.802)	2.993	7.244
Procedimentos Arbitrais	66.260	-	-	141	66.401
Total	82.854	11.577	(15.802)	7.443	86.072

Natureza do risco	2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2020
Trabalhistas	7.614	1.431	(831)	996	9.210
Cíveis e ambientais	5.016	4.352	(2.558)	574	7.384
Procedimentos Arbitrais	54.257	-	-	12.003	66.260
Total	66.887	5.783	(3.389)	13.573	82.854

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas

Notas Explicativas

extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Assim, considerando a necessidade de decisão por parte da câmara arbitral acerca da mencionada ordem judicial, houve a suspensão do prazo para a apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29 de março de 2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 66.401 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com apoio dos assistentes técnicos de Engenharia, os quais quantificaram e valorizaram as respectivas causas prováveis de perda. A provisão foi reconhecida como direito de concessão, R\$ 34.378 como possível e R\$ 100.779, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

d) Depósitos Judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2021	2020
Trabalhistas	3.398	4.441
Cíveis	8.884	8.417
Tributária	849	765
Ambiental	32	64
Regulatório	3.886	5.950
Total	17.049	19.637

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.398 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 4.441).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante é de R\$ 8.884 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 8.417).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2021 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 849 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 765), ambiental no montante de R\$ 32 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 64) e regulatória no montante de R\$ 3.886 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 5.950).

14. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas Antecipadas	2021	2020
Circulante	8.647	12.697
Não Circulante	36.014	36.925
Total Receita Diferida	44.661	49.622

Notas Explicativas

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são:

Provisão para Manutenção	2020	Adições	AVP	Consumo	Transferências	2021
Passivo circulante	-	-	-	(79.130)	176.889	97.759
Passivo Não circulante	165.977	35.126	(6.701)	-	(176.889)	17.513
Total	165.977	35.126	(6.701)	(79.130)	-	115.272

Provisão para Manutenção	2019	Adições	AVP	Consumo	Transferências	2020
Passivo não circulante	133.243	32.734	-	-	-	165.977
Total	133.243	32.734	-	-	-	165.977

Em junho de 2021, a Companhia reclassificou a obrigação reconhecida no passivo não circulante para o passivo circulante. Essa reclassificação está consubstanciada na aprovação dos projetos de Conservação Especial do Pavimento junto a agência reguladora, as quais ocorreram no 2º trimestre de 2021. Diante destas aprovações, tais valores foram submetidos e aprovados pela Administração da Companhia para o orçamento 2021/22.

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento	2021	2020
Saldo Inicial	-	-
Adições	6.597	-
Juros Provisionados	244	-
Pagamento de Juros	(244)	-
Pagamento de Principal	(140)	-
Total	6.457	-
Passivo Circulante	2.484	-
Passivo Não Circulante	3.973	-

Para os contratos reconhecidos em 2021, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Até 30 de abril de 2020, a CART era uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.

Notas Explicativas

Após o cumprimento das condições precedentes, previstas no contrato de compra e venda de ações, incluindo as aprovações dos credores da CART e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a INVEPAR vendeu a sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Dessa forma, em 30 de abril de 2020 foi realizada a transferência de 100% (cem por cento) das ações de emissão da CART detidas pela INVEPAR para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A

a) Capital social

Em 21 de outubro de 2021, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital no valor de R\$ 85.700 em espécie, mediante a emissão de 241.953.699 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 241.953.698 novas ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.306.400 (R\$ 1.560.500 em 31 de dezembro de 2020), representados por 11.457.259.323 ações (8.188.485.616 ações em 31 de dezembro de 2020), sendo 5.728.629.661 ações preferenciais e 5.728.629.662 ações ordinárias (4.094.242.310 ações preferenciais e 4.094.242.310 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020), integralmente subscritas.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionista</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Infraestrutura Brasil Holding II S.A.	-	660.200
	<u>-</u>	<u>660.200</u>

Os adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC realizados até 2020 foram 100% integralizados ao capital social da empresa em 2021, vide tabela abaixo:

<u>Data Integralização</u>	<u>Valor</u>
15/02/2021	167.000
19/10/2021	493.200
<u>Total Integralizado</u>	<u>660.200</u>

Notas Explicativas**18. RECEITAS**

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	2021	2020
Receita de pedágio	456.844	387.081
Receitas acessórias	17.993	17.461
Impostos, deduções e cancelamentos	(40.864)	(34.922)
Receita líquida de serviços	433.973	369.620
Receita de construção (a)	145.438	95.333
Receita total	579.411	464.953

- a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	2021	2020
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	474.837	404.542
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	14.245	12.136
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	3.086	2.630
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	23.533	20.226
Deduções da receita	40.864	34.992

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2021	2020
Pessoal	(48.992)	(38.929)
Conservação e manutenção	(35.218)	(37.555)
Despesas administrativas	(29.097)	(30.750)
Operacionais	(33.654)	(29.239)
Outorga variável	(14.241)	(12.136)
Custo de construção de obra	(145.438)	(95.333)
Provisão de manutenção	(35.126)	(32.735)
Depreciação e amortização	(132.343)	(119.478)
Perda no recebimento de crédito e riscos	-	(1.651)
Outras receitas operacionais	490	118
	(473.619)	(397.688)
Custo de serviços prestados	(422.074)	(351.357)
Despesas gerais e administrativas	(52.035)	(46.269)
Outras receitas operacionais	490	118
	(473.619)	(397.688)

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO**

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	15.411	4.558
Outros	790	128
Total receitas financeiras	<u>16.201</u>	<u>4.686</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(686)	(1.014)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.987)	(37.408)
Variação monetária passiva	(117.548)	(66.071)
Juros sobre debêntures	(67.953)	(52.847)
Outros	(8.821)	(2.956)
Total despesas financeiras	<u>(221.995)</u>	<u>(160.296)</u>
Total resultado financeiro	<u>(205.794)</u>	<u>(155.610)</u>

21. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2021	2020
Numerador básico		
Resultado do Exercício	(68.397)	203.093
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	8.256.556	6.864.139
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	<u>(0,008)</u>	<u>0,030</u>

Média ponderada de ações:

	2021	2020
Ações existentes em 1º de janeiro	6.864.139	6.864.139
Emissão de ações relativas a aumento do capital social	4.593.120	-
Ações ordinárias existentes em 31º de janeiro	<u>11.457.259</u>	<u>6.864.139</u>
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>8.256.556</u>	<u>6.864.139</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

Notas Explicativas

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2021, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros	2021			2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Nível
Ativos						
Caixa e equivalentes	-	4.736		-	5.237	
Aplicações financeiras	-	226.532		-	370.469	
Depósitos judiciais	17.049	-	2	19.637	-	2
Contas a receber	-	29.677		-	27.193	
Partes relacionadas	-	-		-	115	
Total do ativo	17.049	260.945		19.637	403.014	
Passivos						
Fornecedores	-	46.051		-	28.287	
Partes relacionadas	-	217		-	262	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.252.826		-	1.284.120	
Concessão de serviço público	-	1.377		-	1.157	
Total do passivo	-	1.300.471		-	1.313.826	

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Notas Explicativas

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos, conforme demonstrados nas notas explicativas, correspondentes 10 e 11.

c) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todos o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta valores a receber de R\$ 29.677 (R\$ 27.193 em 31 de dezembro de 2020), sendo 86% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3.a, nº3.b e nº4, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou

Notas Explicativas

quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures.

Dando sequência ao seu plano para fortalecer a estrutura de capital, que foi submetido e aprovado por seus debenturistas em assembleia realizada em 07 de junho de 2021, a CART realizou uma nova emissão de debêntures no valor de R\$ 1.050.000 (nota explicativa nº 11) e também recebeu recursos do seu controlador por aumento de capital social de R\$ 85.700 (nota explicativa nº 17).

Os recursos levantados foram utilizados para pagar sua dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que somava R\$ 283.056 em outubro de 2021, além de recomprar R\$ 838.553 de sua 2ª emissão, após 73,57% desses debenturistas aderirem à oferta de aquisição facultativa lançada em 23 de setembro, com um prêmio de 3,2% à 1ª série e de 5,4% à 2ª série. Como a 3ª emissão de debêntures, cujo vencimento se dará em dezembro de 2035, e considerando os R\$ 304.068 da 2ª emissão que permaneceram e vencerão em 2024, o prazo médio de vencimento das dívidas da CART saltou para cerca de nove anos. Isso proporcionará maior flexibilidade financeira, uma vez que seus fluxos de caixa serão suficientes para financiar seu programa de investimentos nas rodovias (cerca de R\$ 700.000 entre 2021 e 2023), e também para servir a sua dívida sem depender de novos aportes de capital de seu controlador, fortalecendo de sobremaneira sua estrutura de capital.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira:

31 de dezembro de 2021	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.252.826	1.863.826	179.705	1.684.121
Fornecedores	44.094	44.094	44.094	-
Credor pela concessão	1.377	1.377	1.377	-
Passivo de arrendamento	6.457	9.465	2.868	6.597

31 de dezembro de 2020	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.284.120	1.372.145	277.155	1.094.990
Fornecedores	28.287	28.287	28.287	-
Credor pela concessão	1.157	1.157	1.157	-

f) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.

Notas Explicativas

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	10,75%	13,44%	16,13%	8,06%	5,38%
DI Passivo (% ao ano)	10,75%	13,44%	16,13%	8,06%	5,38%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,05%	6,31%	7,58%	3,79%	2,53%

Os indicadores utilizados para 2022 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2021.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2021, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2021	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			(Nível 1)		(Nível 2)	(Nível 3)	(Nível 2)	(Nível 3)
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	226.532	CDI	10,75%	24.352	30.440	36.528	18.264	12.176
Aplicações financeiras vinculadas (*)	8.658	CDI	10,75%	931	1.163	1.396	698	465
Debênture (**)	(1.252.826)	IPCA	5,05%	(63.268)	(79.085)	(94.902)	(47.451)	(31.634)
Total	(1.017.636)			(37.985)	(47.481)	(56.977)	(28.489)	(18.992)
Impacto no resultado e patrimônio líquido								
					(9.496)	(18.992)	9.496	18.992

(*) Registrado no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide notas explicativas n°s 9 e 10)

(**) Inclui custos de transação a amortizar.

Notas Explicativas

O montante equivalente a 100% das debêntures da Companhia estão sujeitas à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

21. SEGUROS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	46.427	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(a)
Garantia funções operacionais	163.709	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(b)
Responsabilidade civil	61.269	06/07/2021	06/07/2022	AXA/XL	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2021	06/07/2022	Tokio	(d)
Riscos operacionais	249	06/10/2021	06/07/2022	Tokio	(d)
D & O	30.000	20/07/2021	20/07/2022	Austral	-
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2021	07/07/2022	Sura	-
Garantia judicial execução fiscal	796	25/08/2021	13/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	3.980	25/08/2021	21/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	506	12/08/2020	12/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	216	25/08/2021	17/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	620	25/08/2021	19/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	454	25/08/2021	28/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	65	17/09/2020	17/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	613	28/09/2021	28/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	316	29/10/2021	29/10/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	317	04/11/2021	04/11/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	616	08/03/2021	08/03/2026	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	342	26/03/2021	26/03/2026	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	370	20/10/2021	20/10/2024	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	148	25/10/2021	25/10/2024	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	374	05/11/2021	05/11/2024	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	943	02/12/2021	02/12/2026	Pottencial	-

Notas Explicativas

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

a) Imobilizado		2021
Custo com aquisição imobilizado	(33.349)	
Saldo de fornecedor no fim do exercício	1.928	
		(31.421)
b) Intangível		2021
Custo com aquisição intangível	(145.983)	
Saldo de fornecedor no fim do exercício	15.748	
		130.235
c) Empréstimos e financiamentos e debêntures		2021
Captação de debêntures	1.050.000	
Efeito não caixa de captação	(338.580)	
		711.420

Notas Explicativas

	2021
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(382.252)
Pagamento de debêntures	(500.112)
Custo de transação	<u>(71.138)</u>
	<u>(953.502)</u>

René Silva
Presidente

Gilson Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Daniel Lavorini
Contador
CRC 1SP241985/O-5

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.8 e 8 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu, nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R\$ 2.326.851 mil.

A Companhia avalia anualmente a existência de indicadores de desvalorização dos valores contábeis desses ativos e estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI).

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o em uso da unidade geradora de negócios que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance):

(i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;

(ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;

(iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;

(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.6.2 e 5.b das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 400.759 mil.

Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas (corporate finance):

(i) se a estimativa utilizada para estimar os lucros tributáveis futuros foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;

(ii) se as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;

(iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;

(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do

patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de março de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes,

incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 21 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes, referente às demonstrações contábeis relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2021.